

A COR NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO – UM ESTUDO COM ALUNOS NEGROS EGRESSOS DO CEFET-CUIABÁ.

PAULA, Willian Silva de. – UFMT – CEFET-Cbá - willdepaula@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lúcia R. Muller – UFMT – mullerlu@terra.com.br

A educação profissional, particularmente, situa-se na conjunção do direito à educação e ao trabalho. Se for eficaz para aumentar a laborabilidade contribui para a inserção bem-sucedida no mercado de trabalho, ainda que não tenha poder, por si só, para gerar emprego. Entre todos os direitos humanos, a educação profissional está, assim, convocada a contribuir na universalização talvez a mais importante: aquela cujo exercício permite as pessoas ganhar sua própria subsistência e, com isso, alcançar dignidade, auto-respeito e reconhecimento social como seres produtivos. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, hoje, oferece à sociedade mato-grossense o ensino médio concomitante com o ensino profissionalizante de nível técnico na área de Técnico Agrícola com habilitações em Agricultura, Agroindústria, Zootecnia e Informática; o curso Técnico em Agropecuária de forma integrado com o ensino médio, e oferece, também, curso de graduação nas áreas de Tecnologia sendo: Tecnologia de Alimentos, Tecnologia em Zootecnia e Tecnologia em Agricultura Sustentável atendendo, assim, alunos oriundos dos mais diferentes municípios de Mato Grosso e de estados vizinhos.

É dentro desse contexto que procurarei desempenhar o trabalho de pesquisa que será desenvolvido no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação, com objetivo de identificar o espaço profissional alcançado por jovens negros, egressos, do Ensino Médio/Técnico de Agropecuária do CEFET-Cuiabá, no período de 1995 a 1999. Para esse trabalho, estão sendo levantados referenciais teóricos que ajudarão no decorrer da pesquisa, tais como: durante os anos 70 e meados dos 80, os escritos de Carlos Hasenbalg (1979, 1985) e Nelson do Valle Silva (1985, 1992) inauguraram a quarta e mais recente linha de interpretação acerca das desigualdades raciais no Brasil, que se voltava para investigar as possibilidades da coexistência entre racismo e crescimento industrial capitalista e sustentava que o preconceito e a discriminação teriam adquirido novos significados e funções na estrutura social que emergia após a Abolição. Racismo e discriminação relacionavam-se com os benefícios simbólicos e materiais obtidos pelos brancos sustentados na desqualificação dos seus competidores não-brancos; isso refuncionalizava a

discriminação, dando-lhe novo sentido na ordem industrial. O desafio analítico passava a ser, então, explicar as desigualdades raciais, uma vez que o legado escravista já não era mais considerado uma importante variável causal. Suas interpretações chamaram a atenção para novas indagações relativas à produção das desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Os pesquisadores chegaram à conclusão irrefutável de que no Brasil a condição racial é sistematicamente fator de privilégio e vantagem para os brancos e desvantagem e exclusão para os pretos e pardos. Segundo Santos (2004), pode se dizer que o Estado a partir da segunda metade do século XIX, pós – 1850, e, principalmente, início do século XX, até meados dos anos 40, foi o veículo primordial da formação de um mercado de trabalho fundado na exclusão dos negros.

Tendo os alunos negros egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá como objeto de pesquisa, partirei da idéia de que a questão racial é um forte determinante que gera diferenças no âmbito do trabalho, como afirma Oliveira (1999) “A raça é um fator determinante do padrão de vida, sendo comprovada a situação de inferioridade da população negra e mestiça na habitação, no trabalho, na educação, em relação à saúde, à expectativa de vida e aos índices de mortalidade infantil” (p.36).

A discriminação do negro no mercado de trabalho é um fato que perdura há longa data, como confirma Oliveira (1999): “Analisando o problema da cor na força do trabalho em anos recentes, 1982 e 1987 a 1990, a partir de dados do IBGE, percebo que a condição de inferioridade dos afro-descendentes se mantém ao longo dos anos”(p.43). Com relação à educação, Henriques (2001) reconhece que a heterogeneidade na escolaridade da população adulta brasileira explica grande parte da desigualdade de renda no Brasil. A literatura sobre desigualdade racial no interior do mercado de trabalho também concede importância significativa ao papel da educação na explicação da desigualdade racial. Portanto, os indicadores referentes aos níveis e à qualidade da escolaridade da população brasileira são estratégicos para a compreensão dos horizontes potenciais de redução das desigualdades social e racial e para a definição das bases para o desenvolvimento sustentado do país.

Santos (2004) menciona que alguns estudiosos, como Urani (1995), por exemplo, associam as taxas de desigualdades raciais ao pouco acesso à educação, pois o preconceito no mercado de trabalho é mais evidente entre os trabalhadores com menor escolaridade.

Seguindo ainda observações feitas pela mesma autora, ao se basear nos estudos de Hasenbalg (1979) e Silva (1980), acredita-se que as desigualdades entre brancos e negros não podem ser explicadas nem pela herança escravista, nem pela pertença de negros a classes sociais distintas, mas que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos sociais.

Jaccoud e Beghin (2002) ressaltam que a taxa de participação no mercado de trabalho é similar entre brancos e negros. A taxa de desemprego mostra uma leve variação por cor ou raça: em 2001, enquanto um indivíduo branco economicamente ativo tem probabilidade de 6% de estar procurando emprego sem achá-lo, para um negro a probabilidade é de 7%. Contudo, enquanto 41% dos brancos têm empregos formais (empregados com carteira ou funcionários públicos), este é o caso apenas para 33% dos negros. Dentre os brancos, 12% estão empregados sem carteira, ao passo que, para os negros, esse percentual é de 17%. As autoras destacam ainda que mesmo controlando um conjunto de outras variáveis como: idade, nível educacional, sexo e região de residência, os negros continuam em situação de desvantagem em relação aos brancos.

As simulações revelam que em 1999, em termos de desemprego, a diferença nas taxas entre negros e brancos era da ordem de três pontos percentuais, deve-se, esses dados, quase que exclusivamente à discriminação racial gerada no próprio mercado de trabalho. Isso porque, como mencionado anteriormente, considera-se que as outras variáveis que poderiam explicar essas desigualdades foram controladas, porém observa-se que as diferenças de rendimentos estão relacionadas, também, com as desigualdades educacionais, conforme dados levantados por Soares *et alii* (2002). No entanto, uma parcela não negligenciável dessas distâncias tem sua origem na discriminação racial gerada no próprio mercado de trabalho.

O estado de Mato Grosso, conforme estudos de Pereira e Müller (2005) que indicam o perfil racial da população ocupada em Mato Grosso reflete o perfil demográfico encontrado para o Estado, isto é, 62% dos ocupados são afro-descendentes, o que representa um contingente de 757 mil trabalhadores. Essa participação de negros na população ocupada é superior à registrada para o país como um todo como também para a região Centro-Oeste.

Diante do exposto, pretendo investigar a trajetória dos alunos negros egressos do CEFET-Cuiabá alcançada no mercado de trabalho, considerando as resistências que esses alunos, conforme dados aqui já apontados, aí enfrentam. O método de pesquisa é qualitativo. Primeiramente, far-se-á, o levantamento bibliográfico e, em seguida, serão efetuadas as entrevistas semi-estruturadas com os alunos egressos selecionados através de fotos 3x4, contidas nas pastas de matrículas na secretária da escola. Ao todo, foram classificadas 425 (quatrocentas e vinte e cinco) pastas. A classificação se deu conforme critérios procedidos por Teixeira (2003), utilizando as categorias de cor oficiais do IBGE (branca, amarela, preta, parda e indígena) e a esse grupo acrescento uma outra categoria intermediária “mulatos”, que, segundo Teixeira, possibilita “ampliação do debate” (p.36).

Para ela, é exatamente esse grupo “mulato” que talvez “represente o maior problema de uma classificação racial no Brasil” (p.36). Assim, para a classificação, também se considerou a cor da pele apresentada nas fotos, bem como traços e formatos dos olhos, lábios e nariz e o tipo de cabelo, pois conforme Oliveira (1999) “é a tais características físicas que são atribuídas significados sociais, dando origem ao estigma que é a fonte de discriminação” (p.48). Após esse procedimento, foi possível chegar ao seguinte quadro:

Distribuição dos alunos por cor e ano de formatura.

Categorias de cor	1995	1996	1997	1999
Amarela	01	02	01	01
Branca	50	60	52	53
Mulata	10	10	10	05
Parda	42	29	45	29
Preta	08	08	04	03
Índio	01	01	---	---
Total	112	110	112	91

Observamos nesse quadro uma parcela pouco representativa dos alunos pretos em que num universo de 425 alunos, apenas 23 foram classificados como pretos, já na categoria mulato, obtivemos 35 alunos, pardos 145 e brancos 215, o que vem somar com o que as pesquisas têm demonstrado. Após esse levantamento, o próximo passo será as

entrevistas semi-estruturadas, seguida da análise dos dados em consonância com os teóricos escolhidos e depois a elaboração final da dissertação.

Referência Bibliográfica:

CASTRO, Nadya Araújo. BARRETO, Vanda Sá (orgs.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998.

DIEESE. *A População negra em mercados de trabalho metropolitanos - Estudos e Pesquisas/DIEESE*. Ano I, nº3, nov.2004.

FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

JACCOUD, Luciana de Barros & BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

Ministério da Educação. *Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico* – Brasília: MEC, 2000.

OLIVEIRA, Iolanda. *Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto, 1999.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *Bem-estar e Desigualdade racial em Mato Grosso*. Texto apresentado no curso de extensão “Trabalhando as diferenças na Educação Básicas Lei N° 10.639/03 no Município de Cuiabá”, 2005.

SANTOS, Cássia Fabiane dos. *Negros na UFMT: trajetória escolar de alunos dos cursos de História, Economia e Direito*. Dissertação. (Mestrado em Educação). UFMT/IE, Cuiabá 2004. (Monografia não publicada).